

CATEGORIA ENGROSSA LUTA PELOS DIREITOS NO ACORDO

Reunidos em Belo Horizonte, todos os sindicatos representativos de trabalhadores na Vale e que participam do "Grupo RENOVAÇÃO", iniciaram a mobilização da categoria visando as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2019.

Este será o primeiro acordo coletivo da categoria após a "Reforma Trabalhista" golpista do desgoverno Temer, que visa desmanchar os direitos dos trabalhadores e os avanços sociais alcançados nos últimos anos. A crise vivida em nosso País pela iniciativa das elites na retomada do poder levaram os ocupantes no governo, no Legislativo e Judiciário rasgarem a Constituição e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em breve, a categoria participará de



assembleias para definir a Pauta de Reivindicações que será negociada coletivamente com a Vale.

A sociedade e o movimento sindical, atacados brutalmente no direito de organização, retomam a reconstrução de estruturas de luta através da maior conscientização dos trabalhadores, para que não percamos nossos direitos celetistas e sociais.

POLITICAGEM AMEAÇA A FERROVIA CARAJÁS

Estados abriam guerra contra o Governo Federal para tentarem impedir a renovação da concessão da Ferrovia Carajás para a Vale.

Os políticos destes estados querem exigir investimentos da Vale mesmo a empresa não tendo nenhuma atividade em suas terras. Os sindicatos METABASE CARAJÁS e Stefem, nas duas pontas da linha defendem o patrimônio que garante o desenvolvimento do Pará e Maranhão.

Página 4

O DIREITO DE MORAR É SAGRADO!

Os trabalhadores na Mina do Sossego que residem em Parauapebas não poderão ser pressionados ou demitidos pela empresa para transferirem residências para Canaã. Confira o resultado positivo da mobilização do Sindicato.

Página 3

VALE JÁ FALA EM DIFICULDADES

A direção de Relações Trabalhistas da Vale reuniu-se com os Sindicatos do "Grupo Renovação", já antecipando algumas diretrizes que a empresa pretende adotar na discussão do próximo Acordo Coletivo de Trabalho.

Estes cinco pontos já causaram preocupação nas lideranças sindicais e demonstram que precisaremos de grande mobilização dos trabalhadores para discutirmos questões que deverão ser muito polêmicas.

Os cinco pontos estratégicos da empresa são os seguintes:

1. Eliminar quaisquer irregularidades que resultem em passivos trabalhistas;
2. A empresa pretende adequar o Acordo Coletivo à legislação estabelecida pela "Reforma Trabalhista";
3. Pretende regulamentar e uniformizar a prática do "Banco de Horas";
4. Estudar um ajuste no adicional

noturno, retornando o percentual de 65% para 45%;

5. Estabelecer uma condição que permita o fim do pagamento das horas in itinere.

De imediato, já percebemos que teremos graves problemas a serem enfrentados nas negociações coletivas, que exigirá mobilização dos trabalhadores, avaliações jurídicas e chegada ao um ponto de plena conscientização para decidir por um acordo coletivo que não arranque direitos da categoria.

Devemos deixar claro à empresa que não aceitaremos corte de direitos dos trabalhadores e que qualquer discussão sobre alteração passa pelo ganho real de salários, impedindo queda de renda.

Isto exigirá uma participação intensa dos trabalhadores em todo este processo, tanto nas assembleias a serem convocadas pelos sindicatos, quanto nas discussões internas, nos ambientes de trabalho.

FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA SINDICAL PARA GARANTIR DIREITOS DOS TRABALHADORES

Os sindicatos vêm sofrendo um pesado golpe do governo, amparado pelos interesses dos patrões, representados por decisões no Congresso Nacional e pelos capas pretas instalados na Justiça. A intenção é desmanchar os instrumentos de organização dos trabalhadores, para facilitar a vida dos patrões.

Vai caminhando no País, no entanto, decisões judiciais de beneficiar apenas os trabalhadores sindicalizados com os direitos conquistados em acordos coletivos, pois os não sindicalizados não podem usufruir dos benefícios de quem sustenta os sindicatos e que bancam a estrutura sindical para representá-los. A situação fica ainda mais crônica na defesa jurídica de direitos, em que os sindicatos passam a acionar a Justiça apenas



para os sindicalizados. Quem não tem um jurídico de sindicato à disposição para garantir seus direitos, fica mercê de buscar advogados particulares para entrar com as ações judiciais. Caso percam alguma ação, este trabalhador não sindicalizado pode ser duramente penalizado a pagar todas as custas do processo derrotado na Justiça, inclusive os honorários de advogados a serviço dos patrões.

Esta situação prejudicial está encravada na "reforma trabalhista", que acabou com a justiça gratuita e joga o ônus de derrotas judiciais nas costas dos trabalhadores.

Esta é a nova realidade dos trabalhadores brasileiros. Precisam investir com consciências nos sindicatos, para garantir as lutas coletivas pelos direitos e para manter a estrutura de defesa dos mesmos diante da Justiça.

AÇÃO DO SINDICATO BARRA AS AMEAÇAS DE DEMISSÕES

Direito de morar é um patrimônio da família dos trabalhadores



Após mobilização do METABASE CARAJÁS com os trabalhadores na Mina do Sossego e demonstrada nossa intenção de buscar a justiça e o Ministério Público do Trabalho (MPT) contra pressão exercida pela Vale para forçar companheiros que residentes em Parauapebas a mudarem moradia para Canaã, a empresa se reuniu com o Sindicato no último dia 31, para atender exigências da entidade que protegem os companheiros e suas famílias do transtorno da eventual mudança.

Num levantamento inicial da empresa com 553 trabalhadores no Sossego, mas que residem em Parauapebas, 327 companheiros aderiram à proposta de mudança para Canaã. Para estes trabalhadores, no momento da mudança, cada um receberá 1,5 salários e a empresa arcará também com os custos da mudança. Terão ainda alguns benefícios, como isenção da joia caso queiram se associar ao Clube do Sossego, que tem toda a estrutura de lazer para os fins de semana. A empresa fez convênio com a escola “Equipe” para absorver dependentes que estejam estudando, além de garantir também o mesmo convênio com a escola Dom Bosco, caso a primeira não tenha as vagas suficientes.

Mais importante ainda, os 226 trabalhadores que ainda não aderiram à proposta de mudança não serão demitidos, sendo realocados em outras unidades da empresa, como a mina de ferro e Salobo.

Ficou acertada uma reunião mensal com participação do Sindicato para monitorar a situação de cada um



destes companheiros, para que não sofram qualquer forma de assédio. Qualquer demissão de trabalhador como forma de pressão será denunciada imediatamente ao Ministério Público do Trabalho (MPT), para que sejam tomadas as medidas necessárias de proteção dos companheiros.

A Vale também retirou o limite inicial que havia definido para implementar as mudanças. O transporte vai continuar normalmente e todos os trabalhadores devem se tranquilizar, não tomar nenhuma mudança de residência precipitada pela pressão.

Alertamos cada companheiro que informe imediatamente ao sindicato qualquer pressão, para que seja denunciado o agente que o atormenta.

CHANTAGEM POLÍTICA AMEAÇA IMPEDIR A FERROVIA DE TRANSPORTAR A PRODUÇÃO MINERAL



A classe política continua com sua ação destrutiva de qualquer processo de produção no País e chantageia para angariar benefícios para seus redutos eleitorais.

A última ameaça que surge no País pode atingir em cheio toda a cadeia de produção da Vale nos Estados em que a mineradora tem a concessão de ferrovias, para escoar sua produção, como o Pará e Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Começou uma verdadeira guerra entre Estados brasileiros para impedir a renovação antecipada da concessão das ferrovias à Vale, passando a exigir da empresa investimentos fora dos estados onde opera, como contrapartida ao seu direito de transporte do minério ferro. Grosseiramente falando, é como se obrigassem a mineradora a investir em políticas ambientais em estados onde não sofrem impactos da mineração. Os políticos querem que a Vale construa ferrovia em estado onde a empresa não está presente, tarefa que deve ser do Governo Federal.

Esta ameaça levou o presidente do METABASE CARAJÁS, Raimundo Nonato Macarrão e o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Vale, Lúcio Azevedo (também presidente do STEFEM) a participarem recentemente de audiências públicas convocadas pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

Macarrão lembra que “a empresa vem fazendo investimentos bilionários nos 892 km da Estrada de Ferro



Carajás e que representa uma circulação de progresso nos dois estados, facilitando não apenas o desenvolvimento da atividade mineral e a responsabilidade pelo maior rendimento na balança comercial do País, como permite na vasta região o surgimento de atividades de suporte, gerando renda para os municípios e para a população”. Diz ainda que qualquer prejuízo para o transporte da produção da Vale entre o Pará e o porto no Maranhão poderia significar graves prejuízos na sustentabilidade dos Estados”.

Também o presidente do Stefem, Lúcio Azevedo, denunciou a classe política como a responsável pelas graves problemas econômicos vividos no País. Afirmou que “a Vale poderia investir muito mais e grande número de empresas não se estabelecem no País, por causa da insegurança que a classe política dá a qualquer investimento produtivo”.

As audiências continuam, sendo a próxima em Brasília e, posteriormente, em Vitória (ES). Ambos os sindicatos e as lideranças envolvidas com o desenvolvimento produtivo e avanços sociais estarão defendendo investimentos no Pará e no Maranhão das atividades da mineração nos estados.